

Nos inícios do movimento ecumênico, a Igreja católica teve resistências para nele integrar-se. Os fiéis católicos foram, por muito tempo, proibidos de participarem das iniciativas ecumênicas oriundas no meio protestante. Apenas a partir do Concílio Vaticano II, a adesão da Igreja católica ao movimento ecumênico foi explícita. A partir de então, o catolicismo desenvolve relações ecumênicas com quase todas as Igrejas do ramo protestante, do anglicanismo e da ortodoxia. A Eucaristia encontra-se no centro do diálogo teológico entre essas Igrejas por entender-se que a unidade eucarística é o caminho, a expressão e a meta da unidade da Igreja. Dentre as questões abordadas nesse tema, destacam-se a presença real de Cristo nas espécies do pão e do vinho, o caráter sacrificial da missa, a hospitalidade eucarística e a intercomunhão.

Abstract: At the beginning of the ecumenical movement, the Church was reluctant to take an active part. In fact, Catholics were not allowed, for quite a long time, to participate in ecumenical initiatives, which originated in Protestantism. Only since the II Vatican Council a decisive step forward was taken by the Catholic Church, which from then on explicitly embraced the ecumenical movement by entering into an ecumenical relationship with almost all Protestant churches, including Anglicanism and those from Early Protestantism. It is to be noted that the Eucharist is the central theme of the theological dialogue among these churches because by sharing in the Eucharist the faithful express the aim at obtaining unity in the Church. The fundamental issues being discussed in the ecumenical dialogue deal with the real presence of Christ under the species of bread and wine, as well as the sacrificial rite of the Mass for the purpose of ratifying Christ's Covenant with the faithful, and finally Eucharistic hospitality in the faith community in view of intercommunion.

Eucaristia e unidade da Igreja

Percepção de um católico

*Dom Manoel João Francisco**

* O Autor é Bispo de Chapecó, SC.



1. Introdução

No início a Igreja católica teve muita dificuldade de aderir à proposta da caminhada ecumênica. Sua concepção era que “fora da Igreja (católica romana) não havia salvação”. União de cristãos, por isso, significava “catolicização” dos não católicos. Daí a proibição aos fiéis e ao clero de participarem de qualquer ato promovido pelo movimento ecumênico.

O Papa Pio IX, por exemplo, em 1864, fez publicar um elenco dos principais erros do tempo, intitulado *Silabo*. Entre os tais erros estava o de se considerar “o protestantismo uma forma diversa da verdadeira religião cristã e de achar que nele se podia agradar a Deus, da mesma forma que na Igreja católica” (Dz 1718).

A mesma atitude de condenação ainda pairava em Roma no ano de 1928, quando o Papa Pio XI, em sua Encíclica *Mortalium animos*, reafirmava as razões pelas quais a Santa Sé não dava aos seus fiéis e ao clero a permissão de participar dos congressos e encontros de acatólicos: “A reunião de cristãos só pode ser permitida se for em vista do retorno dos dissidentes à única e verdadeira Igreja de Cristo (isto é a Igreja de Roma), da qual, precisamente **um dia, eles tiveram a infeliz idéia de se separar**” (AAS 10/1/1928).

Em 1948, diante da crescente participação de católicos em encontros ecumênicos, o Santo Ofício, através de um documento, *Cum compertum*, chamou atenção para que fosse escrupulosamente observado o que estava prescrito no Código de Direito Canônico proibindo os católicos, sem uma especial autorização, de participar e, especialmente, de organizar encontros com não católicos para discutir temas de fé e de moral (AAS 15/06 e 10/7/1948).

Aos poucos no entanto, esta atitude rígida foi mudando. Em 1949, com a Instrução, *De motione oecumenica*, o Santo Ofício reconheceu oficialmente o Movimento Ecumênico como fruto das orações comuns dos fiéis e da ação do Espírito Santo. Consentiu, outrossim, que católicos participassem de seus encontros, sob o estreito controle das autoridades competentes, ou seja, dos bispos diocesanos. Declarou, no entanto, que a única via para atingir a verdadeira unidade era a volta à Roma dos cristãos separados.

Finalmente o Concílio Vaticano II reconheceu que a unidade dos cristãos é graça do Espírito Santo alcançada pela oração, pela palavra e



pela ação dos fiéis. Por isso, exortou os católicos a participarem ativamente no trabalho ecumênico (UR 4).

Chegada a autorização, iniciaram-se os trabalhos de forma muito intensa, tendo como consequência a proliferação de acordos ecumênicos sobre os mais diversos temas. Vários sobre a Eucaristia.

2. Acordos Ecumênicos sobre a Eucaristia

Anglicano-Católico

- ARCIC, *Doutrina sobre a Eucaristia, Declaração de Windsor* 1971.
- ARCIC, *Esclarecimento de Salisbury a respeito da Doutrina sobre a Eucaristia*, 1979.
- ARCIC, *Esclarecimentos sobre Eucaristia e Ministério*, 1993.
- ARCIC, *Esclarecimento sobre Eucaristia e Ministério* (Declaração dos coo-presidentes) 1994.
- Cardeal Cassidy (carta), *Esclarecimento sobre Eucaristia e Ministério*, 1994.
- Grupo Misto Anglicano-Católico da Escócia, *Relatório sobre a natureza eclesial da Eucaristia*, 1973.
- Grupo Misto Anglicano-Católico da Escócia, *Declaração conjunta sobre o sacerdócio e a eucaristia*, 1978.
- Consulta Anglicana-Católica nos USA, *Reflexões a respeito da Declaração da ARCIC sobre a Doutrina Eucarística*, 1972.

Catolico-Luterano

- Comissão Mista Católico-Romana/Evangélico-Luterana, *A Ceia do Senhor*, 1978.
- Instituto de Pesquisas Ecumênicas de Straburgo, *Declaração sobre a hospitalidade eucarística entre católicos e luteranos*, 1973.
- Comissão Mista Católico-Romana/Evangélico-Luterana da Austrália, *Sacramento e sacrifício*, 1985.



- Grupo de Diálogo Católico-Luterano da Noruega, *A Ceia do Senhor – A Eucaristia*, 1982
- Comissão Mista Católico-Romana/Evangélico-Luterana dos USA, *A Eucaristia como sacrifício*, 1967
- Comissão Mista Católico-Romana/Evangélico-Luterana dos USA, *Eucaristia e Ministério*, 1970
- Católicos e Luteranos de Nova Iorque, *Sumário sobre a doutrina e sobre a prática eucarística*, 1981.
- Comissão bilateral Católico-Luterana do Brasil, *Hospitalidade Eucarística*. Subsídios de um Seminário, 1998.
- Comissão bilateral Católico-Luterana do Brasil, *Hospitalidade Eucarística*. Declaração de um Seminário, 1998

Católico-Methodista

- Igreja católica – Igreja Metodista Unida dos USA, *A Eucaristia e as Igrejas*, 1981.

Católico-Luterano-Reformados

- Comissão Mista Católico-Protestante (França), *Reflexões e questionamentos relacionados com a “communicatio in sacris” que a Comissão Mista Católico-Protestante coloca para os responsáveis e para os teólogos da Igreja católica e das Igrejas da reforma na França*, 1969.
- Comissões Ecumênicas das Dioceses da Alsácia e de Lorena (Strasburgo e Metz), *Acordo ecumênico sobre o significado da Eucaristia*, 1972
- Grupo de Dombes, *Na direção de uma mesma fé eucarística? Acordo entre católicos e protestantes*. 1971
- Grupo de Dombes, *O significado da Eucaristia. Acordo pastoral*, 1972
- Grupo Misto de Trabalho Teológico do Secretariado de Atividades Ecumênicas da Itália, *A presidência na Eucaristia*, 1976.



Católico-Ortodoxo Calcedonense

- Comissão Mista Romano-Ortodoxa, *O mistério da Igreja e da Eucaristia à luz do mistério da Santa Trindade*, 1982.
- Consulta Ortodoxa – Católico-Romana dos USA, *Declaração conjunta sobre a Eucaristia*, 1969.
- Consulta Ortodoxa – Católico-Romana dos USA, *Declaração de acordo sobre o documento de Lima, “Batismo, Eucaristia, Ministério”*, 1984.

Católico-Ortodoxo Oriental

- Consulta Ortodoxa Oriental – Católico Romana nos USA, *Declaração conjunta sobre a Eucaristia*, 1983.
- Comissão Mista de Diálogo Católica – Ortodoxo Sírio Malancar, *Matrimônio e comunhão eucarística* (Relatório provisório), 1990.

Católico-Reformado-Velhos Católicos

- Comissões Ecumênicas para o Diálogo na Suíça, *Para um comum testemunho eucarístico das Igrejas* (Documento de Trabalho) 1973.

Católico e Velhos Católicos

- Comissão de Diálogo da Igreja católica cristã da Suíça e da Igreja católica romana da Suíça, *Declaração Comunhão eucarística, Comunhão eclesial*, 1986.

Conselho Mundial de Igrejas

- Comissão Fé e Constituição, *Um só Batismo, uma só Eucaristia e um só Ministério mutuamente reconhecido*, 1974.
- Comissão Fé e Constituição, *Batismo, Eucaristia, Ministério*, (Documento de Lima), 1982.



Igreja Católica

- Pont. Conselho para a Unidade dos Cristãos, *Batismo, Eucaristia, Ministério, Resposta oficial da Igreja Católica ao BEM*, 1987.
- Pont. Conselho para a Unidade dos Cristãos, *Instrução sobre a Intercomunhão*.

Alguns destes acordos são de caráter particular. (Dombes, por exemplo). A maioria deles, porém, foram elaborados por Comissões oficialmente nomeadas. Resta saber se eles conseguem expressar nossa fé na Eucaristia, pois ainda não têm caráter oficial. São geralmente apresentados nestes termos: “Depois de ter sido unanimemente adotado pelos membros da Comissão o documento é agora oferecido para sua discussão”. Segundo declarações do Cardeal Willebrands, primeiro se procura expô-los ao conhecimento e à crítica dos teólogos e especialistas. Só então, poderão ser declarado oficiais¹.

Não me consta que alguns dos documentos acima citados já foram oficialmente assumidos. Continuamos, portanto, em fase de reflexão. Às Igrejas compete fazer suas críticas e **observações**. Este nosso simpósio **insere-se neste** contexto.

Devido a exiguidade de tempo, não vai ser possível analisar cada um dos documentos, nem abordar todos os temas neles contidos. Vamos nos deter apenas naqueles que são comuns a todos: presença real, caráter sacrificial, hospitalidade eucarística e a intercomunhão.

3. Presença Real

Durante os nove primeiros séculos de sua história os cristãos acreditaram, sem maiores sobressaltos, na presença real de Cristo sob as espécies de pão e de vinho. São muitos os testemunhos que comprovam esta fé. “A Eucaristia é a carne de nosso Salvador Jesus Cristo, que sofreu por nossos pecados e que, em sua bondade, o Pai ressuscitou” (Inácio de Antioquia, Esmirn. 7,1). “Não recebemos a Eucaristia como pão ordinário ou como uma bebida comum. Mas precisamente como nosso Salvador Jesus Cristo se fez carne pela Palavra de Deus e teve uma carne e sangue para a nossa salvação, da mesma forma também

1 Documentation Catholique 69(1972)523-524.



nós aprendemos que o alimento eucaristizado pela palavra de oração recebida dele é a carne e o sangue de Jesus encarnado, alimento que sendo assimilado alimenta a nossa carne e o nosso sangue” (Justino, 1 Apol. 66,2).

No século IV: “O próprio Paulo proclama precisamente: ‘Na noite em que foi entregue, Nosso Senhor Jesus Cristo, tomando o pão e depois de ter dado graças, partiu-o e o deu a seus discípulos dizendo: Tomai, comei, isto é meu corpo. E tomando o cálice e tendo dado graças, disse: Tomai, bebei, isto é o meu sangue’. Se ele em pessoa declarou e disse do pão: ‘Isto é meu corpo’, quem se atreveria a duvidar doravante? E quando ele afirma categoricamente e diz: ‘Isto é o meu sangue’, quem duvidaria dizendo não ser seu sangue? [...]. Portanto, com toda certeza recebemo-los como corpo e sangue de Cristo. Em forma de pão te é dado o corpo, e em forma de vinho o sangue, para que te tornes, tomando o corpo e o sangue de Cristo, concorpóreo e consangüíneo com Cristo” (Cirilo de Jerusalém, 4ª Cat. Mist. 1 e 3). “Suplicamos ao Deus benigno que envie o Espírito Santo sobre os dons colocados, para fazer do pão corpo de Cristo e do vinho sangue de Cristo. Pois tudo o que o Espírito Santo toca é santificado e transformado” (Cirilo de Jerusalém. 5ª Cat. Mist. 7).

A partir do século IX começam a surgir dúvidas e problemas. Alguns teólogos, na tentativa de explicar o “como” Cristo está presente nas espécies de pão e vinho, chegaram a à conclusões muito duvidosas, para não dizer errôneas.

Alguns, representados por **Pascásio Radberto**, optando por um realismo antropofágico, afirmaram que “o pão e o vinho depois da consagração são não só sacramento, mas também o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de nosso Senhor Jesus Cristo que sensivelmente, não só no sacramento, mas em realidade, são tocados e partidos pelas mãos dos sacerdotes e triturados pelos dentes dos fiéis” (DS 690).

Outros, capitaneados por **Berengário de Tours**, aderindo a um simbolismo nominalista, teriam afirmado que a Eucaristia não é verdadeira e substancialmente corpo do Senhor, mas é chamada assim só de nome, porque seria como sombra e figura representativa do corpo e sangue do Senhor.

A posição realista carnal antropofágica caiu no gosto popular e permitiu o aparecimento de uma literatura de caráter miraculoso onde se narram diversos fatos de transformação do pão em carne e do vinho em



sangue. Fazem parte desta literatura os famosos milagres de Lanciano e Orvieto².

Fugindo da radicalidade de uma e de outra posição, e ao mesmo tempo, mantendo todo o realismo da presença de Cristo na Eucaristia, alguns teólogos, entre eles Tomás de Aquino, auxiliados pela teoria do hilemorfismo, desenvolveram a concepção substancialista que levará à doutrina da transsubstanciação, acolhida pelo Magistério da Igreja católica, como expressão mais adequada para explicar o mistério da presença real de Cristo sob as espécies de pão e de vinho.

“Em primeiro lugar, o santo Concílio ensina e professa aberta e simplesmente que, no sublime sacramento da santa Eucaristia, depois da consagração do pão e do vinho, Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e [verdadeiro] homem, *está contido verdadeira, real e substancialmente sob a aparência daquelas coisas sensíveis*. Pois não há contradição em que o mesmo nosso Salvador esteja sempre sentado à direita do Pai nos céus, segundo o modo natural de existir, e que, não obstante, esteja para nós *sacramentalmente presente em sua substância*, em muitos outros lugares, segundo um modo de existência que, embora mal possamos exprimir em palavras, podemos reconhecer pelo pensamento iluminado pela fé como possível para Deus e devemos crê[-lo] firmemente (Concílio de Trento, Dz 874).

“Se alguém negar que no santíssimo sacramento da Eucaristia, *está contido verdadeira, real e substancialmente* o corpo e o sangue, juntamente com a alma e a divindade de nosso Senhor Jesus Cristo e, portanto, o Cristo inteiro, mas disser que só estão como que em sinal ou em figura ou na eficácia, seja anátema” (Dz 883).

“Se alguém disser que no sacrossanto sacramento da Eucaristia, permanece a substância do pão e do vinho juntamente com o corpo e o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo e negar *aquela e singular mudança de toda a substância do pão no corpo e de toda a substância do vinho no sangue, permanecendo só as espécies de pão e vinho; mudança que a Igreja católica chama com muita propriedade transsubstanciação*, seja anátema” (Dz 884).

2 C. BERRI, *Jesus no santíssimo sacramento*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1954. Publicação feita em preparação ao 36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado em 1955 no Rio de Janeiro. Contém 122 histórias de caráter miraculoso.



“Se alguém disser que, depois da consagração, o corpo e o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo não estão no admirável sacramento da Eucaristia, mas que [eles estão] somente no uso, enquanto são recebidos, mas não antes nem depois, e que o verdadeiro corpo do Senhor não permanece nas hóstias ou partículas consagradas que se guardam ou sobram depois da comunhão, seja anátema” (Dz 886).

Em tempos recentes, por causa da crise da teoria do hilemorfismo e da opinião que o termo *transubstanciação* já não é o mais apropriado para expressar a “singular mudança de toda a substância do pão no corpo e de toda a substância do vinho no sangue, permanecendo apenas as espécies de pão e vinho”, foram propostos como alternativa os termos *transignificação* e *transfinalização*.

Os defensores desta mudança de terminologia argumentam que o próprio, o ser íntimo das coisas materiais é aquilo que elas são para o homem. “Ora, na Santa Missa, este ser íntimo do pão vem a ser fundamentalmente outro: torna-se o Corpo de Jesus, como alimento para a vida eterna. “Corpo” indica, na mentalidade hebraica, a pessoa em sua totalidade. Quer dizer que o pão tornou-se toda a pessoa de Jesus. Presença cheia de mistério! Não ajuda aqui a imaginação! Não devemos, por exemplo, imaginar-nos que, por assim dizer, o Corpo de Cristo entra, em medida extremamente pequena, em nossa boca, como Ele entrava, em Nazaré, em casa de Maria, em suas dimensões naturais. Por outro lado, devemos guardar-nos do contrário, isto é, de explicação meramente simbólica, como se Jesus não estivesse “realmente” presente. Melhor vale dizer: o pão é retirado de seu uso humano normal e torna-se o pão que o Pai nos dá: o próprio Jesus”³.

Diante destas opiniões o Magistério da Igreja, através do Papa Paulo VI, embora reconheça como legítimo, e até mesmo aprove, o desejo de perscrutar tão alto mistério, desentranhando as suas inexauríveis riquezas e desvelando-lhes o sentido, sente o dever de premunir do grave perigo que elas representam para a fé autêntica (*Mysterium Fidei* 14).

A Eucaristia é um mistério de fé, continua o Papa. Dele precisamos nos aproximar com humilde respeito, não dominados por pensamentos humanos. “Salva a integridade da fé, é necessário salvar também a maneira exata de falar, não aconteça que, usando nós palavra ao acaso,

3 INSTITUTO CATEQUÉTICO SUPERIOR DE NIJMEGEN, *O novo catecismo. A fé para adultos*. (Catecismo Holandês) Ed. Herder, S. Paulo, 1972, p. 398.



entrem em nosso espírito – o que Deus não permita – idéias falsas como expressão da crença nos mais altos mistérios”. Lembra em seguida a advertência de Santo Agostinho, que nos orienta a falar segundo uma regra determinada, para evitar que a liberdade de linguagem venha causar maneiras de pensar ímpias, mesmo quanto ao sentido das palavras (MF 23).

“Donde se conclui que se deve observar religiosamente a regra de falar, que a Igreja durante longos séculos de trabalho, assistida pelo Espírito Santo, estabeleceu e foi confirmando com a autoridade dos Concílios, regra que, muitas vezes, se veio a tornar sinal e bandeira da ortodoxia da fé. Ninguém presuma mudá-la, a seu arbítrio ou a pretexto de nova ciência”(MF 24).

“Pode haver vantagem em explicar essas fórmulas com maior clareza e em palavras mais acessíveis, nunca, porém, em sentido diverso daquele em que foram usadas. Progrida a inteligência da fé, contanto que se mantenha a verdade imutável da fé” (MF 25).

Diante destas premissas declara o Papa que “Não é lícito insistir tanto sobre o conceito de sinal sacramental, como se o simbolismo – que todos, é claro, admitimos na Sagrada Eucaristia – exprimisse, única e simplesmente, o modo de presença de Cristo neste sacramento; ou ainda discutir sobre o mistério da transubstanciação sem mencionar a admirável conversão de toda a substância do pão no corpo e de toda a substância do vinho no sangue de Cristo, conversão de que fala o Concílio Tridentino; limitar-se apenas à transignificação e transfinalização, conforme se exprimem. Nem é lícito, por fim, propor e generalizar a opinião que afirma não estar presente Nosso Senhor Jesus Cristo nas hóstias consagradas que sobram, depois da celebração do Sacrifício da Missa” (MF 11).

“Para que ninguém entenda mal este modo de presença que supera as leis da natureza e constitui no seu gênero o maior dos milagres é necessário escutar com docilidade a voz da Igreja docente e orante. Esta voz, que repete continuamente a voz de Cristo, ensina-nos que neste Sacramento Cristo se torna presente pela conversão de toda a substância do pão no seu Corpo e de toda a substância do vinho no seu Sangue; conversão admirável e sem paralelo, que a Igreja católica chama, com razão e propriedade, “transubstanciação”. Depois da transubstanciação as espécies do pão e do vinho tomam nova significação e nova finalidade, deixando de pertencer a um pão usual e a uma bebida usual, para se tornarem sinal de uma coisa sagrada e sinal de um alimento espiritual; mas só adquirem nova significação e nova finalidade por conterem nova *realidade*, a que chamamos com razão *ontológica* (MF 48).



É claro que nós, católicos, acolhemos com respeito esta orientação do magistério. “Contudo, podemos dizer com certeza que este ensino - sustentado pela perspicácia dos teólogos, pelos homens de profunda fé e de oração e pelos ascetas e místicos, com toda a sua fidelidade ao mistério eucarístico - permanece como que no limiar, sendo incapaz de captar e de traduzir em palavras aquilo que é a eucaristia em toda a sua plenitude, aquilo que ela exprime e aquilo que nela se realiza” (RH 20). Por isso, haverá sempre a possibilidade de se encontrar uma palavra mais adequada do que a palavra “*transubstanciação*” para expressar o mistério eucarístico. Neste sentido, não existe nenhuma dificuldade da parte dos irmãos da Reforma para acolher a doutrina da presença real de Cristo na Eucaristia. Também eles são conscientes de que “toda tentativa de compreensão deste grande mistério da presença real e viva de Cristo na Eucaristia não pode ser mais do que uma aproximação, penetrada do espírito de adoração”⁴

4. Caráter sacrificial

Não podemos viver à parte e isoladamente a presença de Cristo na Eucaristia. Ela precisa ser relacionada com as outras dimensões. Principalmente com a dimensão de sacrifício. Não existe uma presença real separada da presença real do sacrifício da cruz. O pão da vida é sempre sacramento da comunhão com sacrifício redentor de Cristo, com o seu mistério pascal no pleno sentido da palavra. A comunhão eucarística não significa apenas encontro pessoal com Cristo, mas acima de tudo comunhão com a sua auto-oblação e expressão de que somos seus seguidores, entregando-nos também, com ele, ao Pai em favor dos irmãos. Vários cantos de comunhão expressam de modo muito claro esta nossa fé. Recordo apenas um: “Celebrar a Eucaristia com famintos e humilhados/ como o pobre lavrador sem ter nada no roçado/ é estar em comunhão com Jesus Crucificado. Celebrar a Eucaristia/ é também ser torturado/ é ser perseguido, e preso/. É ser marginalizado/ ser entregue aos tribunais/ numa cruz pra ser pregado”.

João Paulo II, na Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* recorda que a Eucaristia nasceu “na noite em que o Senhor foi entregue” e que por isso carrega indelevelmente em si o evento da paixão e morte do Senhor.

4 M.THURIAN, *O mistério da eucaristia. Uma abordagem ecumênica*, Ed. Loyola, S. Paulo, 1986, p. 45.



“É o sacrifício da cruz que se perpetua através dos séculos. Esta verdade está claramente expressa nas palavras com que o povo, no rito latino, responde a proclamação “mistério da fé” feita pelo sacerdote: “*Anunciamos, Senhor a vossa morte*”. [...].

Quando a Igreja celebra a Eucaristia, memorial da morte e ressurreição do seu Senhor, este acontecimento central de salvação torna-se realmente presente e “realiza-se também a obra de nossa redenção”. Este sacrifício é tão decisivo para a salvação do gênero humano que Jesus Cristo realizou-o e só voltou ao Pai *depois de nos ter deixado o meio para dele participarmos* como se estivéssemos presentes.” Isto só é possível porque “tudo o que Cristo é, e tudo o que Cristo fez e sofreu por todos os homens, participa da eternidade divina, e assim transcende todos os tempos e em todos se torna presente” (EE 11).

Para compreender nossa participação no Sacrifício da Cruz precisamos recorrer ao conceito de **memorial**. Fazer memória na Bíblia significa *re-apresentar* ou *re-atualizar* o passado que jamais permanece simples passado, mas continua permanentemente e eficazmente presente. “Este dia será para vós um memorial, e o celebrareis como uma festa para Javeh; nas vossas gerações a festejareis; é um decreto perpétuo” (Ex 12,14). Na celebração da Ceia Pascal, o filho mais jovem pergunta ao pai: “*Por que esta noite é diferente de todas as outras noites?*” (Ex. 12,26). O pai então responde contando a história da libertação (Dt 26,5-9). Conclui sua fala com uma solene exortação, atribuída ao Rabbán Gamaliel: “*De geração em geração cada um é obrigado a ver-se a si próprio como tendo ele mesmo saído do Egito... O Santo, bendito seja ele, não remiu só a nossos pais, mas também a nós com eles...*”.

Trata-se, portanto, de uma *re-apresentação* real que é levada a termo em cada celebração ritual. Não no sentido de uma re-apresentação do evento fundador a nós, mas no sentido de uma *re-apresentação nossa ao evento fundador*.

De fato a passagem do Mar Vermelho permanece um evento único e irrepetível. Não se pode por isso querer que se faça presente, no sentido que possa ser, por assim dizer “renovado”. É a comunidade cultural que, superando pela celebração do rito toda a barreira de tempo e de espaço, efetivamente se coloca à margem do Mar. Por isso, coerente com a realidade dessa re-apresentação de fé, o pai de família admoesta dizendo: “cada um é obrigado a ver-se a si próprio como tendo ele mesmo saído do Egito”.



“Se Jesus não tivesse instituído a Eucaristia, o evento de sua morte e ressurreição teria permanecido isolado naquelas coordenadas espaço-temporais que foram então as suas, e a Igreja das gerações subseqüentes, que somos nós, não teria tido maneira de voltar a imergir salvificamente na morte-ressurreição do Senhor[...].

Celebrar a Eucaristia quer dizer comungar com o Vivente, que continua a dar-se a nós no sinal de sua morte, para permitir-nos ser re-presentados sacramentalmente à eficácia redentora do único sacrifício. Segue-se daí que devemos nos sentir *teologicamente em movimento* toda vez que nos aproximamos da comunhão. Devemos habituar-nos a tomar consciência do movimento sempre mais intenso de nossos *pés teológicos*. Enquanto os pés físicos continuam a deter-nos na igreja, os pés da fé eucarística nos transportam lá para o Calvário, para imergir-nos ainda uma vez na morte do Senhor Jesus, lá para diante da tumba do Ressuscitado, para ressurgir ainda uma vez com ele para uma existência relacional sempre nova, já que nossa missa é todo o Calvário, é todo o fulgor da manhã de Páscoa”⁵.

No tempo de Lutero a doutrina sobre o caráter sacrificial da Eucaristia foi muito contestada. Muito mais do que a doutrina da presença real. Na opinião de Lutero, entender a celebração da eucaristia (missa) como sacrifício seria obscurecer o valor do sacrifício da cruz. Oferecer missa pelos pecados de vivos e defuntos seria uma injúria, “o maior e mais terrível horror”, a “suprema e mais falaz idolatria papista”, uma “enorme monstruosidade”. Esta compreensão de Lutero não era simples preconceito, ou fruto de má fé. Pelo contrário, era resultado de muitas pregações da época, das devoções populares e da falta de clareza por parte da teologia católica de então, que não tinha conseguido dar uma formulação razoável à sua fé. Não se tinha claro a relação entre o caráter sacrificial da missa e a singularidade e a unicidade do sacrifício da cruz. Não se sabia estabelecer a conexão entre a ceia e o sacrifício da cruz⁶.

Hoje, a doutrina do caráter sacrificial da missa tem aceitação razoavelmente tranqüila entre os irmãos e irmãs da Reforma. “Sem nada tirar do caráter único da cruz, do perdão, da reconciliação, da libertação realizada por Cristo, a eucaristia é o sacramento ou a presença do sacrifício único de Cristo, continuando hoje a aplicação da salvação para todos os

5 C. GIRAUDO, *Num só corpo. Tratado mistagógico sobre a eucaristia*, Ed. Liyola, S. Paulo, 2003, pp. 87 e 91.

6 H. JEDIN, *Il concilio di Trento*, Ed. Morcelliana, Brescia, 1982, pp. 479-484.



homens. A eucaristia é a cruz presente na Igreja, estendendo a todos os homens no espaço e no tempo, e em profundidade, a obra única e perfeita de Cristo. Na eucaristia, a Igreja encontra Cristo que comunica a cada crente os frutos do sacrifício da cruz e da intercessão atual do Salvador”⁷.

“A noção de memorial, tal como era entendida na celebração pascal no tempo de Cristo – fazer efetivamente presente um acontecimento do passado – abriu o caminho para uma melhor inteligência da relação entre o sacrifício de Cristo e a eucaristia”⁸.

“A eucaristia é o sacramento do sacrifício único, continuamente vivo para interceder em nosso favor. Ela é o memorial de tudo o que Deus faz pela salvação do mundo. O que Deus quis cumprir na encarnação, vida, morte, ressurreição e ascensão de Cristo, não volta a fazê-lo; esses acontecimentos são únicos, não podem ser repetidos nem prolongados. No memorial da eucaristia, porém, a Igreja oferece a sua intercessão, na comunhão de Cristo, nosso Sumo Sacerdote”⁹.

5. Hospitalidade eucarística e Intercomunhão

Começemos clareando os termos. *Hospitalidade eucarística* é a possibilidade de participar nas ceias celebradas por outra confissão. Acontece onde cada Igreja celebra o sacramento a seu modo, admitindo, em situações especiais, membros de outras Igrejas. *Intercomunhão* é a celebração conjunta da Ceia por duas ou mais Igrejas. Tanto a hospitalidade eucarística, quanto a intercomunhão merecem um estudo aprofundado, pois na realidade de nossas Igrejas elas pedem uma resposta urgente.

- Em certos lugares, cristãos de diferentes Igrejas, já se encontram, com certa freqüência, ao redor da mesma mesa eucarística.
- A comunhão de fé experimentada em certos grupos ecumênicos, em lares mistos e até mesmo em certas comunidades cristãs, faz com que vários destes cristãos solicitem a possibilidade de expressar a fé comum na partilha da mesma mesa eucarística.

7 M. THURIAN, Op. Cit. p. 20-21.

8 COMISSÃO MISTA CATÓLICA ROMANA/EVANGÉLICA LUTERANA, *A ceia do Senhor*, n. 36.

9 CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, *Batismo, eucaristia, ministério*, item Eucaristia, n. 8.



- A convergência teológica apresentada pelos acordos ecumênicos, certas circunstâncias e determinadas condições, levam alguns fiéis a não ver mais motivos para que lhes seja vetada a possibilidade comungar em outra Igreja. Pelo contrário, se sentem até na obrigação de fazê-lo e no direito de não serem julgados pelas autoridades ou pelos irmãos de suas Igrejas, como se tivessem cometido uma ação repreensível.

Nestes dois pontos, hospitalidade eucarística e intercomunhão, nós católicos, temos ainda um longo caminho a percorrer. A posição de nossa Igreja, expressa em diversos documentos, não é favorável nem a uma, nem a outra.

“Não é lícito considerar a intercomunhão (*communicatio in sacris*) como um meio a ser aplicado indiscriminadamente na restauração da unidade dos cristãos. Esta intercomunhão depende principalmente de dois princípios: da unidade da Igreja que ela deve significar e da participação nos meios da graça. A significação da unidade proíbe, na maioria das vezes, a intercomunhão. A busca da graça, às vezes, a recomenda. Sobre o modo concreto de agir decida prudentemente a autoridade do Bispo local, considerando todas as circunstâncias dos tempos, lugares, pessoas, a não ser que outra coisa seja determinada pela conferência episcopal, segundo seus próprios estatutos, ou pela Santa Sé” (*UR 8*).

“Precisamente porque a unidade da Igreja, que a Eucaristia realiza por meio do sacrifício e da comunhão do corpo e sangue do Senhor, comporta a exigência imprescindível de uma completa comunhão nos laços da profissão de fé, dos sacramentos e do governo eclesiástico, não é possível concelebrar a liturgia eucarística enquanto não for restabelecida a integridade de tais laços” (*EE 44*).

É claro que esta orientação precisa ser levada muito a sério, mas ao mesmo tempo, é preciso lembrar que,

- conforme o próprio Concílio Vaticano II, a celebração eucarística presidida por um ministro, cuja ordenação não é reconhecida como válida, não deixa de ter o seu sentido e o seu valor (cf. *UR 22*);
- se a significação da unidade quase sempre proíbe, a busca da graça, às vezes recomenda a intercomunhão (cf. *UR 8*);
- “temos o desejo ardente de celebrar juntos a única eucaristia do Senhor, [...e], às vezes, parece estar mais perto a possibilidade de finalmente selar esta comunhão “real, embora ainda não plena” (*UUS 45*);



- “o tesouro eucarístico que o Senhor pôs à nossa disposição alenta-nos para a meta de compartilhá-lo com todos os irmãos aos quais estamos unidos pelo mesmo batismo”(EE 61).

6. Conclusão

O ecumenismo, além de ser fruto do esforço humano, é antes de tudo graça e dom do Espírito Santo. Desde o seu início já deu passos profundamente significativos. Da proibição taxativa, passou-se a exortar à participação dos católicos nos encontros ecumênicos. Pediu-se inclusive que sejam dos católicos os primeiros passos em direção aos irmãos e irmãs de outras Igrejas (UR 4). Da condenação ao pensamento que julgava ser o protestantismo uma forma de agradar a Deus tão legítima quanto o catolicismo, se passou, não só, a reconhecer a existência de santos e santas entre os irmãos da Reforma, mas, até mesmo, a citá-los e a homenageá-los¹⁰. Com relação a uma Igreja orante, Deus é sempre providente. Por isso, com certeza, não está longe o dia em que todos nós, cristãos de Igrejas diferentes, haveremos de celebrar juntos a Ceia do Senhor.

Endereço do Autor:

Av. Getúlio Vargas, 171-S

Centro

Caixa Postal 726 (89801-970)

89807-000 Chapecó, SC

10 Cf. Homilia de Paulo VI, pronunciada na canonização dos mártires de Uganda.